



INDIVÍDUO SOCIAL E FORMAÇÃO HUMANA: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Carlos Frederico B. Loureiro¹ e José Garajau da Silva Neto²

RESUMO

Objetivamos com esse ensaio discorrer sobre as categorias indivíduo e formação humana em uma leitura ontológica do ser social. A principal motivação para tal elaboração teórica está na constatação de que o discurso hegemônico na educação ambiental elabora seus argumentos e proposições pedagógicas com base em uma concepção de indivíduo dissociado das relações sociais, e de educação sem mediações com as relações de produção e a organização da sociedade. Na argumentação formulada, discorreremos sobre a relevância da ontologia marxiana para a construção de uma educação ambiental que critique o fetiche da individualidade e a idealização da educação no enfrentamento dos dilemas societários, e reafirme a validade da perspectiva transformadora das relações alienadas no capitalismo.

Palavras-chave: ontologia – formação humana – indivíduo social – educação ambiental crítica

ABSTRACT

This essay aims at outlining the categories of the individual and human education from an ontological perspective of the social being. The main motivation for such a theoretical elaboration stems from observing that hegemonic discourse in the environmental education field bases its claim and pedagogical proposals on an understanding of the individual as deprived of social relations, as well as of education as deprived of mediation by relations of production and society's organization. We thus advocate the relevance of Marxian ontology for designing an environmental education which criticizes the fetishism of individuality and the idealization of education as a panacea for societal dilemmas while reaffirming a transformatory perspective towards the alienated social relations of capitalism.

Keywords: ontology – human education – social individual – critical environmental education.

¹ Atualmente é professor da faculdade de educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor dos programas de pós-graduação em educação (PPGE) e em psicossociologia de comunidades e ecologia social (Eicos), ambos da UFRJ.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social - EICOS/UFRJ.

INTRODUÇÃO

Objetivamos com esse ensaio discorrer sobre as categorias conceituais indivíduo e formação humana em uma leitura ontológica do ser social, entendendo que esta é parte constitutiva de uma perspectiva crítica da educação ambiental. A principal motivação para tal elaboração teórica está na constatação de que o discurso hegemônico na educação, e em particular na educação ambiental, elabora seus argumentos e proposições pedagógicas com base em uma concepção de indivíduo autocentrado, dissociado das relações sociais, e de educação como processo independente dos determinantes sociais, sem mediações com as relações de produção e a organização da sociedade. Isso cria uma idealização da educação e dos indivíduos, uma aposta na educação e nas “pessoas de boa vontade” como caminho único para a superação das relações vigentes com a natureza, que perde a complexidade constitutiva da existência humana. E, em termos políticos, anula a possibilidade histórica de transformação das relações sociais alienadas no capitalismo.

Tal forma de pensamento por nós criticada não é nova, se apresenta na história da educação com múltiplas facetas (SAVIANI, 2014) e se manifesta de modo igualmente significativo na educação ambiental em programas governamentais, empresariais e na proposta de educação para o desenvolvimento sustentável promovida pela UNESCO (LOUREIRO e LAMOSA, 2015). No entanto, a configuração contemporânea da educação, ao assumir pressupostos básicos de pedagogias pragmáticas e liberais (educação por valores e por competências, por exemplo), singularmente desconsidera (ou nega) a história, hipostasia os valores éticos e os indivíduos, responsabilizando-os diretamente pelo sucesso ou fracasso na vida social e pela degradação ambiental.

Esses discursos produzidos nas práticas sociais estabelecem um mecanismo ideológico que foi definido por Duarte (2004) como o “fetiche da individualidade”, ou seja, o entendimento implícito ou explícito do indivíduo como “algo em si”, “verdade em si”. Não por acaso vivemos em tempos de relativismo epistemológico, de propostas como “escola sem partido” e de criminalização daqueles que tratam de conteúdos vistos como políticos ou que problematizam e historicizam os costumes que regem a sociedade contemporânea.

Nesse embate de ideias, destacamos e reiteramos nesse artigo aspectos teóricos relacionados aos fundamentos ontológicos do ser social, a partir da ontologia inaugurada por Karl Marx (COSTA e LOUREIRO, 2014; LOUREIRO, 2015; LOUREIRO e TOZONI REIS, 2016), com especial atenção à obra de Gyorgy Lukács. Para Marx e Lukács, e toda uma vasta tradição ontológica e epistêmica-política constituída a partir deles, o ser humano só pode ser compreendido e concebido na totalidade social em que os indivíduos e as múltiplas dimensões da vida humana se formam. A totalidade social, nessa linha de raciocínio, é um complexo estruturado e histórico, um complexo de complexos cujas partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam (BOTTOMORE, 2001).

Ao ser uma ontologia centrada no metabolismo sociedade-natureza (trabalho) como momento fundante do ser social, busca superar o idealismo e o objetivismo, a “naturalização” do que é socialmente produzido e a essencialização do ser humano. Em Marx, todo trabalho é social e em sendo social, o que é produzido, aprendido e conhecido precisa ser transmitido e constantemente recriado no processo de produção da existência social. Por intermédio do trabalho, o homem modifica a natureza e ao mesmo tempo modifica a si mesmo: “ao atuar, por este movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2013, p.89). Assim, o trabalho é gerado a partir da capacidade humana de, ao modificar a natureza, modificar-se a si próprio, numa relação criadora em que o indivíduo se torna parte do gênero humano e identifica-se com a objetivação do seu trabalho.

Em sendo um ser que se torna específico por sua atividade criadora e intencional (a práxis) na relação com o outro, que tem no trabalho seu momento fundante, a educação torna-se uma exigência do tornar-se humano. Posto nesses termos, ontologicamente falando, não há existência humana sem trabalho e sem educação, sendo esta segunda o próprio movimento de formação humana (KONDER, 2000).

Não há sociedade sem educação, no sentido de que não há vida social sem que o que a humanidade produziu (instrumentos, tecnologia, ciência, arte, condutas, costumes, valores, conhecimentos vários, ou seja, cultura) seja transmitido, reproduzido, ampliado, socializado e transformado. Compreender o mundo, ter consciência dele, interpretá-lo,

“ser mundo”, fazer juízo de valor e estabelecer códigos linguísticos são acontecimentos que se efetivam tão somente em sociedade. Assim posto:

A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa.(SAVIANI, 2016. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_historico.htm).

É com base nessa linha de argumentação inserida na tradição marxista que as categorias comentadas introdutoriamente serão desenvolvidas e problematizadas no contexto do capitalismo contemporâneo, que podemos denominar de capitalismo pós-moderno, contribuindo com a fundamentação teórica das perspectivas críticas da educação ambiental (inscritas nessa tradição ou que com esta dialogam), principalmente naquilo que remete à ontologia do ser social.

INDIVÍDUO SOCIAL NO CAPITALISMO TARDIO (PÓS-MODERNO)

É por meio da análise da história humana, de suas particularidades e principalmente de seu processo produtivo, que podemos chegar ao “de onde e para onde” da humanidade como gênero em si. Entendemos que a história não pode ser encarada como uma série de momentos vazios. Esta, em Marx, não se refere a uma sucessão de fatos e ideias no tempo, mas ao modo concreto como produzimos nossa existência social sob certas condições. Ao mesmo tempo, portanto, os indivíduos edificam-se na construção de seu próprio mundo, logo, *são* aquilo que produzem. Nesse sentido, a existência humana depende da satisfação das necessidades dos meios que a tornam possível. A reprodução própria da vida material, acima de tudo, é “primeiro ato histórico [...] uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (MARX, 2007, p.33).

Desse modo, a raiz da reprodução humana, o metabolismo sociedade-natureza ou, dito de outra forma, as relações econômicas, fazem-se fundantes na genealogia de uma ontologia materialista da natureza, resultado dessa abordagem igualmente ontológica da história. Nas palavras de Lukács, “as categorias econômicas [são]

categorias da produção e da reprodução da vida humana”, de modo que “surtem tanto no próprio ser humano, como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc. como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base” (LUKÁCS, 2012, p.285). Nesse sentido, o sistema produtivo é diretamente ligado ao indivíduo que se desenvolve em relação ao desenvolvimento histórico que nele se encerra e reinicia.

Nos é lícito buscar o que a partir de meados do último século pôde-se observar em termos de uma recapitulação das relações sociais e da divisão internacional do trabalho como consequência do período pós-guerra, traduzido tanto no triunfo do capitalismo como sistema econômico como na centralidade econômica norte-americana com seus pares no hemisfério norte. O geógrafo David Harvey, que em sua obra *A Condição Pós-Moderna* defende a tese de que “há algum tipo de relação entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação de capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo” (HARVEY, 2006, p.7). Seu diagnóstico corrobora com nosso entendimento dessa recapitulação das relações sociais à medida que a noção de “compressão do tempo-espaço”, em última análise, manifesta-se com o rompimento universal das fronteiras produtivas/comerciais e, ainda, na forma das relações sociais e na reestruturação da noção de individualidade que se institui.

O *American Way of Life* representa uma guinada fundamental na condição humana que passou a se delinear com a atualização dos tempos estético-produtivos à pós-modernidade. A então *condição pós-moderna*, com a diretiva econômica de que o acesso aos bens de consumo seria a porta para o desenvolvimento e a equidade social, manifestou-se como fundamento do que vemos em nossos dias. Para Harvey, essas são as características de uma nova racionalidade do capitalismo, que a partir da crise do pós-guerra tomou como base “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (Ibidem, p.119), cujo resultado foi o encorajamento de uma super produção de bens supérfluos.

O fato é que após o período de expansão produtiva do pós-guerra, além da reorganização geopolítica que se sucedeu, da qual uma das consequências foi o fenômeno mundial da *estagflação* (estagnação da produção de bens e alta inflação de preço) após o ano de 1973, por sua vez caracterizou este como um “conturbado período

de reestruturação econômica e de reajustamento social e político” (Ibidem, p.140). O autor deu-lhe o nome de *acumulação flexível*, tratando-o como a grande frente produtiva (e social) contra a rigidez (igualmente produtiva e social) do domínio fordista³ da época.

Mas onde isso se encaixa nos conceitos acima citados, da “compressão do espaço-tempo”, da questão do “trabalho como formador do sujeito” e da implementação de um modo de vida por parte das grandes potências?

Ora, essa acumulação flexível diz respeito justamente a uma nova forma de auferir continuidade ao sistema capitalista, já que em um período de crise (que representa nada mais do que a queda da taxa de lucros) faz necessário que haja um movimento por parte dos grandes grupos industriais a fim de retomar o processo de crescimento. Nesse sentido, temos o surgimento de novos setores produtivos, novas formas de inovação comercial, de tecnologia e organização representadas, por exemplo, pelo movimento de grandes plantas industriais para países do capitalismo periférico. Com as novas tecnologias de informação, transporte e comunicação, as escalas de tempo e espaço se alteram, tornando a estrutura da organização do trabalho mais rígida (para o trabalhador), diminuindo o tempo necessário para a reprodução social, uma vez que só se volta a auferir lucros com um maior tempo de trabalho (humano) excedente.

Em linhas gerais, uma lógica da superprodução só pode subvalorizar a utilidade e subordinar as relações econômicas à pura efetivação do consumo e da circulação monetária, enfatizando o caráter “efêmero, fragmentário, descontínuo e caótico da vida” no atual período, já que essa produção não se limita à objetividade das necessidades sociais propriamente (utilidade), e sim à realização da sociedade de mercado. A lógica de consumo molda o tecido social através do mercado, subordinando os sujeitos a uma vida para o mercado. Afinal, a lógica econômica capitalista só se finaliza no consumo.

Harvey, por sua vez, assevera que tal lógica vem:

[do] excesso e [da] intemperança” nos outros, na alimentação de seus “apetites imaginários” de modo que “as ideias sobre o que constitui a necessidade social [são] substituídas pela “fantasia, pelo capricho e pelo impulso”. O produtor capitalista tem cada vez mais o “papel de alcoviteiro” entre os consumidores e seu sentido de necessidade,

³ O fordismo basicamente diz respeito a uma organização produtiva de produção e consumo em massa. O método organizacional dentro da indústria é o da produção em série, com um modelo de extrema rigidez para o trabalhador. É claro que aqui o nosso foco está nas consequências que essa nova forma de consumo social engendra.

excitando neles “apetites mórbidos”, à espreita de cada uma de suas fraquezas. (Ibidem, p.99)

Nos vale ressaltar que o autor compreende o período atual, o pós-modernismo, como solapador das metanarrativas, de forma a fazer com que, por exemplo, o conceito de totalidade, capaz de trazer à tona debates no âmbito da sociedade em geral seja substituído pelo discurso das vontades individuais, da preponderância dos desejos e da individualidade como formadora de si mesma independentemente das relações sociais que a formam. Para nós, a única consequência possível é justamente oposta, com a fragilização do sujeito nos seus laços com a própria sociedade da qual faz parte. A anti-metanarrativa do individualismo envolve o sujeito em um simulacro de si mesmo, impedindo seu entendimento de coparticipante dela.

É enfatizado que se torna “impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços” (Ibidem, p.99), e de certo modo temos que reconhecer que uma sociedade organizada em fragmentos só pode resultar em indivíduos com essas mesmas características. O autor ressalta esse reflexo nas cidades, onde surge “um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um ‘palimpsesto’ de formas passadas superpostas umas às outras e uma ‘colagem’ de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros”. Não obstante, se o encorajamento em nível social é o da própria fragmentação sem que seja possível compreender a realidade como uma totalidade articulada, não é possível encontrar a raiz de qualquer de seus fenômenos.

Outrossim, nos interessamos mais especificamente na extensão dessa problemática, precisamente no que tange à historicidade, à ideologia e à formação da individualidade. Essa meta-observação crítica da espacialidade por meio de Harvey nos permite entender o caminho trilhado no atual modelo de formação na sociedade de mercado. Nessa perspectiva, as seguintes palavras, dos *Grundrisse* de Marx, impressionam:

Embora a totalidade desse movimento [da circulação de mercadorias] apareça agora como processo social, e ainda que os momentos singulares desse movimento partam dos desejos conscientes e dos fins particulares dos indivíduos, a totalidade desses processos aparece como uma conexão objetiva que emerge de maneira natural e espontânea; totalidade que, sem dúvida, resulta da interação dos indivíduos conscientes, mas que *não está em sua consciência nem lhes está subsumida como totalidade.* (MARX, K., 2011, p.143-144)

Percebe-se a atualidade dessa observação crítica de Marx acerca do que hoje é a forma de expressão das relações sociais, ao passo que o mercado aparece como algo estranho e além dos sujeitos. A própria relação social lhes aparece surpreendentemente como uma força independente. Um fato intrigante acerca da atemporalidade dos dizeres de Marx é o paradoxo das críticas atuais à historicidade. Não fosse o caso, a apreensão do autor alemão não poderia ser mais correta.

Um outro autor que apreende como nós a atualidade de Marx para a análise da sociedade contemporânea é Frederic Jameson, com o qual trazemos a retroatividade de dois antigos motes da teoria político-econômica moderna que surgem implicitamente, e igualmente paradoxalmente, interligados: “a mão invisível” de Adam Smith e a “luta de todos contra todos” de Thomas Hobbes. Jameson argumenta que “o que amedronta Hobbes é de alguma maneira o que dá confiança a Smith”, leia-se, “o conceito de uma violência feroz inerente na natureza humana”, donde ao invés de político-ideológica, possui cunho meramente histórico, já que

Hobbes precisa do poder do estado para amansar e controlar a violência da natureza humana e a competição; em Adam Smith [...] o sistema competitivo, o mercado, faz o amansamento e o controle por si mesmo, sem a necessidade do estado absoluto. (JAMESON, F., 1991, p.273)

A maior curiosidade dessa posição de Jameson reside no fato de que percebemos com clareza como a ideia de uma guerra civil imanente aparece apenas como figura ilustrativas para representar a luta de classes. Outrossim, a própria ideia de liberdade que é preconizada pela sociedade de mercado torna-se contraditória ao considerar a essência humana necessitada da *repressão* de sua natureza inerente a fim de tornar a sociabilidade possível. E qual a grande afirmativa implícita nessa conclusão? Justamente a de que “os seres humanos fazem uma grande bagunça quando tentam controlar seus destinos” (Ibidem, idem), de modo que mesmo a ideia de uma sociedade socialista se torna *impossível*. E é aqui justamente que gostaríamos de aterrissar.

A ideia de uma sociedade de mercado, e além, o processo de formação social oriundo do século XX, não pode ser analisado sem nos apercebermos do conflito, ora mais explícito, ora mais implícito, entre o capitalismo e o socialismo como grandes correntes ideológicas. Mais precisamente, a falibilidade do socialismo em seu *campo real*, na sua aplicabilidade nas *ditas* experiências dos países do leste europeu,

fundamentando-se no “*stalinizado* marxismo-leninismo” (NETTO, 2014, p.5) soviético fez com que se passasse a encarar o marxismo como inábil metodologicamente para explicar esse novo mundo do capitalismo triunfante. Desse modo, as categorias desenvolvidas por Marx passaram a assentar-se nesse não-lugar, em contraponto à essência de liberdade e democracia que fundam o ideário que subjaz o atual formato de nossas relações sociais. Sobre isso, Netto diz que

a mais óbvia grosseira resultante desse consórcio entre epistemologia e ideologia (ambas em sentido estrito) a serviço da ordem é a negação da categoria – ontológica e teórico- metodológica de *totalidade*, central no pensamento de Marx, por via do estabelecimento de uma relação causal entre ela e o que liberais e conservadores denominam “totalitarismo” (Ibidem, p.3)

E nosso ponto nevrálgico é justamente tal consórcio. Concordamos com Tonet na assertiva de que “a razão do mundo é a razão do mundo” (TONET, 2013, p.23), no sentido de que o conhecimento de si de um “mundo”, de uma sociedade, é um espelhamento do seu processo de reprodução, em outras palavras, na contemporaneidade o sociometabolismo do capital. Em termos do trabalho como ato histórico fundamental, esse sociometabolismo no capitalismo é alienado. A internacionalização da economia trouxe à tona uma dimensão qualitativa da divisão internacional do trabalho que se desponta abruptamente no processo produtivo mundial. Por essa via, os conflitos que se manifestam cotidianamente são reflexos da forma tomada pelo mundo no qual o trabalho os é exposto de forma a desumanizá-los: uma crise sistêmica engendra logicamente uma crise individual. Sem embargo, a visão de uma natureza humana como transfiguração de seu sistema produtivo e distributivo não pode ser vista unilateralmente. A consideração da natureza humana sob a alcunha da competição e do egoísmo não pode rejeitar a formação social e histórica sob essas bases ideológicas.

Como enfatizamos por meio de Marx, o trabalho é considerado tanto em sua acepção geral – como “atividade produtiva”, a determinação ontológica fundamental da “humanidade”, como em sua acepção particular, na forma histórica da “divisão do trabalho” capitalista. É nesta última forma, a atividade estruturada em moldes capitalistas, que o “trabalho é a base de toda a alienação” (MESZÁROS, 2006, p.78).

A socialização é um aspecto próprio do indivíduo. A formação humana, entendida como o próprio processo educativo e condição da socialização, se dá em sociedade e essa sociedade se edifica em seu desenvolvimento histórico, ao passo que este desenvolvimento tem como base, como já vimos, o fato de que o sistema produtivo, e, por conseguinte, a divisão do trabalho, são os fatores determinantes na gênese desse ser social. Não obstante, a história nos mostra essa relação intransponível em exemplos radicais, como no caso da escravidão grega, na qual sequer a ideia de indivíduo poderia ser concebida; ou na servidão dos tempos feudais, que tal qual na antiguidade, subsumia a individualidade não de forma integral nos feudos, mas de modo a *permitir* a ascensão de uma burguesia comercial que trouxe a gênese do que hoje se entende como capitalismo com a posterior Revolução Francesa, trazendo à expansão o mercado ali ainda bem incipiente.

Se seguirmos esse raciocínio, conseguiremos compreender que o trabalho na pós-modernidade é o que traduzo rumo socioeconômico que pode satisfazer o capital. Ainda, o trabalhador fruto dessas relações só pode igualmente ser esse sustentáculo e sua individualidade deve traduzi-la a custo de ruína para a estrutura. Nas palavras de Yamamoto, “o trabalho em fluxo é um componente subjetivo do processo de produção porquanto componente da humanidade do indivíduo em processo de realização” (IAMAMOTO, 2001, p.71), e assim sendo, nosso diagnóstico não poderia ser mais acertado. A noção da “esfera privada”, condizente com a história da política moderna traduzida no pensamento liberal, é a constatação de que as relações sociais se determinam pela *antítese* de interesses privados, o que em última instância significa que “a ideia de que cada um, perseguindo seu próprio interesse privado, contribui para a efetivação do interesse geral, como unilateralidade dos interesses egoístas, [é um] dogma [...] da economia de mercado” (Ibidem, p.59). Trata-se de um dogma justamente por desconsiderar um fato fundamental, de que o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, que só pode ser atingido dentro de relações inseridas em um contexto social específico, portanto, determinado por elas, ultrapassando o indivíduo como seu fundamento.

Para o que aqui chamamos de capitalismo pós-moderno tal ideia é bastante conveniente, já que o aspecto disjuntivo da atual estrutura social favorece a impressão de que apenas diversos indivíduos particulares, e logo, a somatória de suas vontades

(egoístas, individualistas e competitivas) são suficientes para definir a essência humana e, para além, a sociedade como tal. O duplo sentido problemático dessa assertiva assenta-se no fato de que, partindo desse raciocínio institui-se como condição *sine qua non* o indivíduo formado socialmente no capitalismo como *sujeito absoluto*, e que, por outro lado, o capitalismo é o *sistema* absoluto. Isso torna possível a afirmação de que de fato chegamos *no fim da história humana*. Para nós, tal ponto de vista é de veras frágil, já que sem muita dificuldade pode-se constatar que não há sequer algo que configure tal essência humana pré-estabelecida. A história da atividade humana se mostra como uma história de sua autocriação, portanto, a formação da essência humana é radicalmente e acima de tudo social e histórica. Ao enfatizar o lugar do indivíduo ignorando essa sua formação, claramente qualquer análise da sociedade torna-se débil, justamente por negar que essa individualidade se dá, se desenvolve e se exprime – socialmente. Em outras palavras, a subjetividade humana é “histórica e socialmente situada”, de fato até mesmo seus sentidos são construções históricas.

[é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruções humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*, em parte recém-cultivados, em parte recém-engendrados. (DUARTE, 1992, p.92)

Sem embargo, o processo de humanização transpassa o reducionismo de um mero seguimento biológico e torna a dicotomia entre subjetivo e objetivo, ou ainda, o que é biológico e o que é social, estéril. O desenvolvimento humano é dado “através do processo de objetivação que, para realizar-se, necessita que *cada indivíduos e aproprie* daquilo que foi objetivado pelas gerações que lhe antecederam” (Ibidem, p.50). Outrossim, a história da constituição do próprio gênero humano se encontra expressa no desenvolvimento da sociedade e naquilo de que a subjetividade se apropria a ponto de estabelecer-se e a universalizar-se cada vez mais como tal. “A relação entre objetivação e apropriação do gênero só é pré-existente à atividade de cada indivíduo, mas não [à] atividade do conjunto dos indivíduos ao longo da história” (Ibidem, p.54). Isso significa que os sujeitos têm contato justamente com aquilo que o gênero humano como um todo conseguiu atingir histórica e objetivamente. Nas palavras de Lukács:

a contradição dialética entre desenvolvimento da capacidade e desenvolvimento da personalidade, ou seja, o estranhamento, jamais

abrange [a] inteira totalidade do ser social do homem, mas, em contrapartida, ela nunca se deixará reduzir [...] a uma contraposição abstrata de subjetividade e objetividade, a uma contraposição de homem singular e sociedade, de individualidade e socialidade. Não há nenhum tipo de subjetividade que não seja social, nas raízes e determinações mais profundas do seu ser. A mais simples análise do ser do homem, do trabalho e da práxis mostra isso de modo irrefutável. (LUKÁCS, 2013, p.588)

Indo além dessa análise processual do que representa a humanização dos sujeitos em um caráter cognitivo e comportamental, passaremos para o um segundo ponto crucial de nosso trabalho: o posicionamento acerca do caráter próprio da formação humana no capitalismo pós-moderno. Ao chamarmos o atual período de capitalismo pós-moderno partimos do pressuposto de que o debate acerca da liberdade e/ou emancipação humanas já passou por uma fase marcante no início do século XX que culminou na Guerra Fria. Entendemos, acima de tudo, que essa nova leitura deve desvendar uma nova comunicação da teoria crítica, de forma a retomar, até onde possível, sua validade. Para tanto, para desvendar o antagonismo do sistema de forma universal, apenas uma contraposição igualmente universal à altura pode fazê-lo.

Com base no que acabamos de expor, entendemos o aspecto fugidio da pós-modernidade embasada na “[cretinice] e na unilateralidade” de compreender as relações sociais sob a posse. “O lugar *de todos* os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*” (MARX, 2008, p.108). Para nós, não poderia haver definição mais lúcida do fenômeno da disjunção social pretendida. A pós-modernidade traz para fora do sujeito uma riqueza que é sua, de fato, interior. Não há como conceber nem abstrativa, tampouco objetivamente a emancipação ou a liberdade humanas diante desse formato de relações sociais.

Ao sermos alienados de nossa atividade produtiva, ao passo que não há um aspecto direto de necessidade de existência naquilo que o sujeito empreende por pura vontade, obviamente o produto de nosso trabalho nos é estranho, essencialmente por não nos pertencer. Isso engendra um estranhamento duplo e ainda mais profundo, qual seja, o do sujeito em relação a todo o gênero humano e, por conseguinte, ao seu outro que, como vimos, não deve existir como tal numa sociedade que implica uma natureza humana que parte do pressuposto da impossibilidade do reconhecimento de qualquer gênero humano.

Sem embargo, se o ato histórico fundante, o trabalho, como formador da essência humana não é a confirmação de sua humanidade e, ao invés disso, a põe como referência contraditória de entendimento de sua individualidade, a única leitura possível é a de que está sendo catalisado um processo de degeneração social fundado na estrutura das relações sociais (MÉSZÁROS, 2006).

De todo modo, nossa intenção de modo algum é empreender um diagnóstico fatalista ou pessimista. Pelo contrário, pensamos que o entendimento das mazelas do capitalismo contém o combustível para nos guiar com o otimismo necessário em direção a conceber um modo de relações sociais por meio das quais as capacidades e a personalidade humanas possam ser desenvolvidos em sua plena efetividade.

Já demonstramos que nossa compreensão do desenvolvimento socioeconômico é fundada, em seu caráter histórico, na análise da forma como se organiza a atividade produtiva. Desse modo, acreditamos que qualquer transformação deve ocorrer para suplantar os aspectos alienantes que constituem o atual modelo, ao passo que seu veículo sejam seus aspectos *positivos*. Por esse ângulo, apontamos “o desenvolvimento das forças de trabalho [...] no sentido de que o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do homem [...] [diminui] constantemente [...] [e] o peso econômico dos atos necessários à reprodução [...] [perdem] [dominância]” (LUKÁCS, 2013, p.595), de forma que a própria alienação ganha um caráter duplo: por um lado, temos relações sociais que engendram uma atividade produtiva estruturalmente alienante, como vimos explicando, e por outro, a liberação da sociedade em geral do tempo de trabalho necessário para reproduzir a vida humana. Neste último caso, vemos a liberação desse tempo de trabalho como veículo fundamental para comprovar o caráter pernicioso da sociedade do capital, já que o que ocorre é diametralmente oposto ao que a condição própria do sistema manifesta. Como seria então possível? Ou ainda, por que não é possível? Qual o aparato funcional que, no capitalismo, impede que seu próprio caminho se desencaminhe e reencaminhe para os trilhos da exploração, ao invés da liberdade?

Para nós, essa pergunta já foi respondida, uma vez que se existem articulações limitantes da humanidade do sujeito no *trabalho por si só*, estas só tendem a se cristalizar cada vez mais e o estado de alienação conseqüentemente se agravar. Dessa maneira, devemos localizar o que impede o processo inverso, de emancipação e

libertação de se efetivar, relembrando tensões essenciais desse procedimento. Diz Lukács que:

[...] quanto mais desenvolvido for o *aparato ideológico do capitalismo*, tanto maior será a sua disposição de fixar mais firmemente tais formas de estranhamento nos homens singulares, ao passo que, para o movimento revolucionário dos trabalhadores, para o despertar, a promoção e a maior organização possível do fator subjetivo, desmascarar o estranhamento enquanto estranhamento, a luta consciente contra ele, constitui um momento importante [...] da preparação para a revolução. (Ibidem, p.625)

Fica patente que é justamente o aparato ideológico que constitui por um lado, a barreira e, por outro, o instrumento capaz de estabelecer no conflito a abertura a uma nova estrutura de relações sociais. É claro que se trata fundamentalmente da posição, do lado e do projeto de mundo que se busca. O fato de ao longo da história os sistemas de produção terem possuído as grandes chaves de entendimento de suas cadeias causais que, vistas hoje, nos possibilitam vislumbrar os caminhos de uma virada baseado nos fatos em retroação, de forma alguma significa que tais “estradas” estejam abertas a trânsito, porém mostra que estão minimamente construídas e preparadas para serem exploradas. O que trazemos à tona é justamente a dimensão de possibilidade de seu acesso, principalmente ao constatarmos que o impedimento se dá, na atualidade, na dimensão volátil da ideologia que sustenta o capitalismo pós-moderno. Como Marx, vemos que “as relações burguesas de produção são a última forma antagônica [...] que provém das condições sociais de vida dos indivíduos” (MARX, 2008, p. 45), o que nos assevera a fragilidade com a qual o sistema produtivo hoje se sustenta, haja vista a crescente concentração dos poucos detentores dos meios de produção ao contrapasso da precarização das condições dos trabalhadores em geral.

Essa fragilidade é para nós um momento fundamental, pois mostra como a mesma efemeridade pretendida da existência humana de nosso tempo histórico é característica do desgaste do capitalismo no século XX e de como esse aparato, mencionado por Lukács, ao contrário do que acontecia em sua época, não possui um lastro tão firme como aquele oriundo do triunfo total resultante do pós-guerra. É exatamente por isso que acreditamos que a teoria crítica está viva, aberta e preparada para ceder o instrumental necessário à instituição de um direcionamento coerente no qual os sujeitos possam de fato passar a construir sua própria história. E, como Lukács, acreditamos que:

a história do devir homem do homem, em que a sociedade se torna a expressão adequada do gênero, só pode chegar a um termo quando os dois polos do ser social, o indivíduo e a sociedade, cessarem de agir de modo espontaneamente antagônico um sobre o outro: quando a reprodução da sociedade promover o ser homem do homem, quando o indivíduo se realizar conscientemente em sua vida individual como membro do gênero. (Ibidem, p.426)

E por mais que o atual tempo histórico manifeste uma *natureza humana* burlesca, em uma existência alienada, um antagonismo tão radical entre a capacidade e a manifestação da personalidade humanas contém em si inevitavelmente o seu contraponto. O papel da teoria crítica é o de explicitar o *lugar de ser do ser*, onde mais aparenta desencontro. Não obstante, a realização consciente da individualidade, a efetivação do gênero humano como tal é nossa referência fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos com esse artigo o movimento duplo de ensejar a crítica à noção de indivíduo e à ideologia do fim da história no capitalismo pós-moderno, e afirmar a relevância da ontologia marxiana e de categorias como totalidade social e trabalho para se compreender os processos sociais em curso e o que é o próprio indivíduo em uma formação social alienada. De modo mais transversal ao texto, apresentamos o ser humano como ser que se constitui em sua atividade ontocriadora e que necessita, em sua sociabilidade, produzir em cada um, de modo singular, a humanidade que foi produzida historicamente, parafraseando Saviani (2005), para se reproduzir socialmente e existir.

Tal concepção de formação humana é para a tradição marxista sinônimo de educação. Em sendo formação humana, a educação alcança status de exigência ontológica, só podendo ser compreendida na sociedade que a produz e sobre a qual atua. Portanto, não é “salvação” e nem “solução mágica” para os problemas humanos, mas é prática social constitutiva do movimento humano de transformar-se, é humanização em processo e em todos os seus dilemas e contradições.

Esse fundamento ontológico determina, em termos epistemológicos, que uma educação ambiental inscrita na perspectiva crítica, no plano do conhecimento e do debate de ideias, refute e faça o permanente questionamento às bases discursivas e à materialidade das propostas educativas que apresentam respostas unidirecionais e modelos prontos, que dissociam o indivíduo das relações sociais, que hipostasiam a

técnica ou a ética como dimensões *per si* capazes de gerarem transformações radicais no modo como nos relacionamos com a natureza.

A ontologia do ser social, ao partir do metabolismo sociedade-natureza como fundamento do ser social, permite-nos entender que a degradação ambiental é expressão de um sociometabolismo expropriador do trabalho e da natureza. Portanto, somente uma superação radical do modo de produção da existência social em sua forma capitalista pode gerar uma outra relação qualitativamente superior com a natureza. Afirmamos, assim, uma educação ambiental que se pense e se conceba nas relações trabalho-educação, que assuma as lutas sociais e seja encarnada pelos agentes sociais inscritos nos movimentos antissistêmicos. Em última instância, que contribua, como princípio e como finalidade, com a construção de um outro modelo societário.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

COSTA, César Augusto S. da. e LOUREIRO, Carlos Frederico B. Uma leitura ontometodológica da educação ambiental crítica diante dos desafios societários contemporâneos. São Paulo, REVBEA, **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 132-156, 2014.

DUARTE, Newton. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo: AutoresAssociados, 2004.

DUARTE, Newton. **A formação do indivíduo e a objetivação do gênero humano**. Tese de Doutorado. UNICAMP: Faculdade de Educação, 1992. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000050761>>.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15 ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, Cortez, 2001.

JAMESON, Frederic. **Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism.** Durham, NC: Duke University Press, 1991.

KONDER, Leandro. **A construção da proposta pedagógica do SESC-Rio.** Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA, Rodrigo. **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Quartet/CNPq, 2015.

_____. Educação ambiental e epistemologia crítica. **Revista Eletrônica do mestrado em Educação Ambiental.** Rio Grande, Furg, v. 32, n. 2, 2015. P. 159-176.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. e TOZONI REIS, Marília de Freitas. Teoria social crítica e pedagogia histórico-crítica: contribuições à educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental,** Rio Grande, V. 33, edição especial, 2016. P. 68-82.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2012.

_____, **Para uma ontologia do ser social II.** Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O Capital.** Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx, nosso contemporâneo.** Intervenção na sessão de abertura do Colóquio Internacional Marx e o marxismo/2013, com o tema “Marx hoje, 130 anos depois”, promovido em Niterói (RJ) em outubro- novembro de 2013, pelo NIEP/UFF. In: Marx e o Marxismo, v.2, n.2, jan/jul, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

_____. **Pedagogia histórico-crítica.** 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.